**Decreto 10.540/2020
(PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA SISTEMAS DE CONTABILIDADE)**

INTEGRADO COM OUTROS SISTEMAS ESTRUTURANTES

- RH
- Tributário
- Patrimônio
- Almoxarifado
- Outros

* Acumulação periódica de saldos sem a individualização de cada fato contábil (contabilização apenas na exportação de dados)

Alterações em base de dados que modifiquem a essência do fato contábil

* Utilização de ferramentas que refaçam lançamentos contábeis após o fato registrado

Deve: Possuir Rotina que permita as correções ou anulações por meio de novos registros preservando o histórico original dos fatos anteriormente registrados.

VEDADO O REGISTRO CONTÁBIL ATRAVÉS DE:

Registro integral e tempestivo por meio de partidas dobradas

Registro analíticos com base em documentação de Suporte que garantam a Verificabilidade

Providências para obtenção dos Documentos em forma e prazo adequado evitando omissões ou distorções

Registro Contábil com no mínimo: Data, Conta Débito, Conta Crédito, Histórico com Referência ao Suporte Documental, Valor e Número de Controle dos Registros

PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018)

Armazenamento, Integração, Importação e Exportação de Dados

Mecanismos que garantam Integridade, Confiabilidade, Auditabilidade e Disponibilidade das Informações

Identificação do Sistema e Desenvolvedor nos Documentos Contábeis que deram origem aos registros

* Controle de Acesso dos Usuários por Segregação de Funções, para Controle ou Consulta e também de acesso aos dados das demais Unidades Gestoras (cadastros com CPF ou Certificado Digital e codificação própria e intransferível)

* Administrador do SIAFIC, Usuários cadastrados com Autorização de Superiores e mediante Assinatura de Termo de Responsabilidade e Login através de CPF e Senha ou Certificado Digital

* Auditoria de Dados para controlar Inserções, Exclusões ou Alterações efetuadas pelos Usuários com a identificação do CPF, operação Realizada, Data e Hora com acesso restrito à usuários permitidos.

Rotinas de Backup

REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA e TECNOLOGIA

SIAFIC - ÚNICO e INTEGRADO

Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Também o Patrimônio (CASP)

CASP, MCASP, MDF e demais normativos

* Banco de dados único, centralizado e compartilhado

* Vedado mais de um SIAFIC num mesmo Ente Federativo

Penalidade pelo descumprimento do § 2º do artigo 48 da LRF

MANTIDO e GERENCIADO pelo EXECUTIVO

Preservada a Autonomia dos Poderes

* Pode ou não serem rateadas as despesas com o desenvolvimento/contratação

PRAZOS e CONDIÇÕES para Fechamentos Contábeis

ATÉ O DIA 25 - Para fechar o balancete do mês anterior

ATÉ O DIA 30/01 - Para registrar os atos de Gestão Orçamentária e Financeira do ano anterior (inclusive inscrição e cancelamento de Restos a Pagar)

ATÉ O DIA 28 ou 29/02 - Para o fechamento dos Balanços e outras informações com periodicidade Anual

O SIAFIC deverá impedir registros contábeis após o balancete encerrado

VIGÊNCIA DO DECRETO

* ATÉ 180 DIAS (05/05/2021) - Elaborar plano de ação para adequação das disposições do decreto e disponibilizar o plano para os Órgãos de Controle (Externo e Interno) e divulgado na Internet (Portal da Entidade e da Transparência)

A PARTIR DE 01/01/2023 - Atendimento completo ao Decreto.

Revoga o Decreto 7.185/2010

Decreto 10.540/2020 (PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA SISTEMAS DE CONTABILIDADE)

1. SIAFIC - ÚNICO e INTEGRADO

1.1. Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Também o Patrimônio (CASP)

1.1.1. CASP, MCASP, MDF e demais normativos

1.2. * Banco de dados único, centralizado e compartilhado

1.3. * Vedado mais de um SIAFIC num mesmo Ente Federativo

1.4. Penalidade pelo descumprimento do § 2º do artigo 48 da LRF

2. MANTIDO e GERENCIADO pelo EXECUTIVO

2.1. Preservada a Autonomia dos Poderes

2.2. * Pode ou não serem rateadas as despesas com o desenvolvimento/contratação

3. PRAZOS e CONDIÇÕES para Fechamentos Contábeis

3.1. ATÉ O DIA 25 - Para fechar o balancete do mês anterior

3.2. ATÉ O DIA 30/01 - Para registrar os atos de Gestão Orçamentária e Financeira do ano anterior (inclusive inscrição e cancelamento de Restos a Pagar)

3.3. ATÉ O DIA 28 ou 29/02 - Para o fechamento dos Balanços e outras informações com periodicidade Anual

3.4. O SIAFIC deverá impedir registros contábeis após o balancete encerrado

4. VIGÊNCIA DO DECRETO

4.1. * ATÉ 180 DIAS (05/05/2021) - Elaborar plano de ação para adequação das disposições do decreto e disponibilizar o plano para os Órgãos de Controle (Externo e Interno) e divulgado na Internet (Portal da Entidade e da Transparência)

4.2. A PARTIR DE 01/01/2023 - Atendimento completo ao Decreto.

4.3. Revoga o Decreto 7.185/2010

5. REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA e TECNOLOGIA

5.1. Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018)

5.2. Armazenamento, Integração, Importação e Exportação de Dados

5.3. Mecanismos que garantam Integridade, Confiabilidade, Auditabilidade e Disponibilidade das Informações

5.4. Identificação do Sistema e Desenvolvedor nos Documentos Contábeis que deram origem aos registros

5.5. * Controle de Acesso dos Usuários por Segregação de Funções, para Controle ou Consulta e também de acesso aos dados das demais Unidades Gestoras (cadastros com CPF ou Certificado Digital e codificação própria e intransferível)

5.6. * Administrador do SIAFIC, Usuários cadastrados com Autorização de Superiores e mediante Assinatura de Termo de Responsabilidade e Login através de CPF e Senha ou Certificado Digital

5.7. * Auditoria de Dados para controlar Inserções, Exclusões ou Alterações efetuadas pelos Usuários com a identificação do CPF, operação Realizada, Data e Hora com acesso restrito à usuários permitidos.

5.8. Rotinas de Backup

6. PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

6.1. Registro integral e tempestivo por meio de partidas dobradas

6.2. Registro analíticos com base em documentação de Suporte que garantam a Verificabilidade

6.3. Providências para obtenção dos Documentos em forma e prazo adequado evitando omissões ou distorções

6.4. Registro Contábil com no mínimo: Data, Conta Débito, Conta Crédito, Histórico com Referência ao Suporte Documental, Valor e Número de Controle dos Registros

7. VEDADO O REGISTRO CONTÁBIL ATRAVÉS DE:

7.1. * Acumulação periódica de saldos sem a individualização de cada fato contábil (contabilização apenas na exportação de dados)

7.2. Alterações em base de dados que modifiquem a essência do fato contábil

7.3. * Utilização de ferramentas que refaçam lançamentos contábeis após o fato registrado

7.4. Deve: Possuir Rotina que permita as correções ou anulações por meio de novos registros preservando o histórico original dos fatos anteriormente registrados.

8. INTEGRADO COM OUTROS SISTEMAS ESTRUTURANTES

8.1. RH

8.2. Tributário

8.3. Patrimônio

8.4. Almoxarifado

8.5. Outros